

8 DE MARÇO 2024

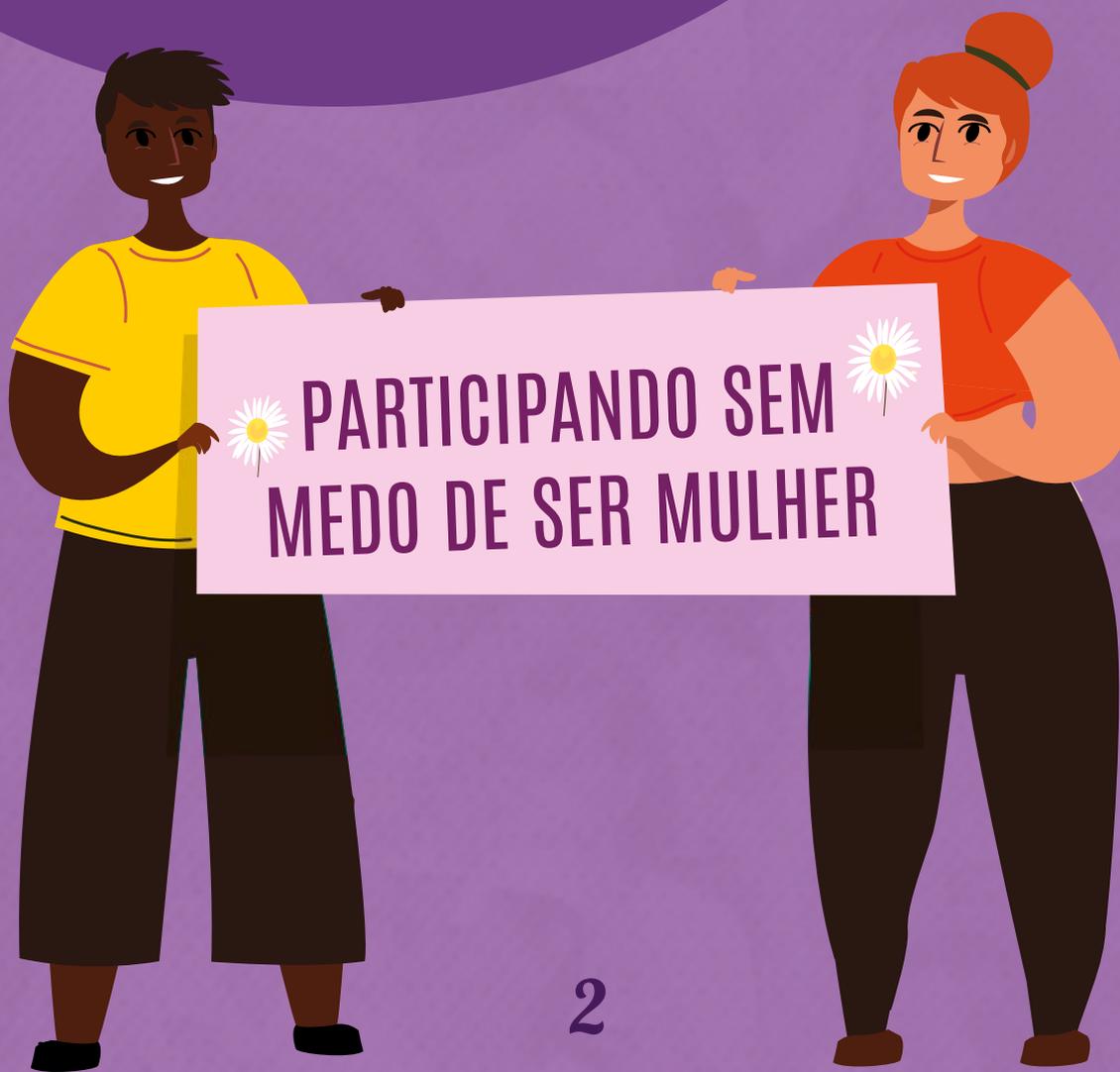
Mulheres na política, muda a política e constrói Bem Viver



8 DE MARÇO 2024

No Dia Internacional da Mulher, as ações do “8 de março” serão orientadas pelo mote **“Mulheres na política, muda a política e constrói Bem Viver”**. Esse mote nos parece

oportuno, principalmente por duas razões: daqui a alguns meses teremos eleições municipais, onde os cargos a prefeita(o) e vereadoras(es) estarão em disputa. Além disso, precisamos ampliar o debate sobre a participação política das mulheres no movimento sindical, sobretudo, em um ano em que ocorrerão as plenárias preparatórias para o Congresso da CONTAG, que será realizado em 2025. Portanto, é um contexto político relevante para reforçar o debate sobre a importância da participação política das mulheres e o seu significado.



Para início de presa...

É sabido que nós mulheres encontramos grandes dificuldades em ocupar espaços de poder, de sermos eleitas ou termos voz ativa nas tomadas de decisões políticas. A não ocupação desses espaços nos coloca à margem dos processos de elaboração das políticas públicas, além de enfraquecer a democracia.

Há uma forte presença masculina nos espaços de poder, nos partidos, nos espaços legislativos, e até nos movimentos sociais mistos e sindicais. Mesmo quando as mulheres são a maioria, o poder é hegemonizado pelos homens.

O fortalecimento e a participação política das mulheres nos espaços de poder e decisão é um dos eixos da Plataforma Política da Marcha das Margaridas, que afirma que, só assim, construiremos uma democracia mais sólida e representativa.

Porém, você sabia que apesar de sermos a maioria do eleitorado, nós mulheres ainda estamos fora dos espaços públicos e ainda somos poucas nos espaços de poder?

As mulheres representam mais da metade da população brasileira e 53% do eleitorado, segundo o Tribunal Superior Eleitoral. No entanto, elas ocupam menos de 20% dos cargos eletivos.

Atualmente temos apenas 91 (17,7%) mulheres na Câmara Federal, no total de 513 deputados(as); e 10 mulheres no Senado Federal (12,3%), no total de 81 senadores(as) e apenas 2 governadoras (Fátima Bezerra, do PT, no Rio Grande do Norte, e Raquel Lyra, do PSDB, em Pernambuco).

Em 2020, no Brasil, 677 mulheres foram eleitas prefeitas no País, o que representa um percentual de 12,2%. Ou seja, a cada 100 prefeituras, 12 são comandadas por mulheres. Dos 58.208 vereadores(as) eleitos(as) nas últimas eleições municipais, em 2020, apenas 9 mil eram mulheres, o que representa 16% do total, sendo 6,3% mulheres negras.

E mais, dos 5.567 municípios brasileiros, 900 não tiveram sequer uma vereadora eleita nas últimas eleições.

Ou seja, as mulheres, sobretudo, as mulheres negras (pretas e pardas estão inclusas), as indígenas, as mulheres do campo, da floresta e das águas, bem como as mulheres periféricas, ainda apresentam uma representação bastante reduzida no espaço legislativo.

E nem precisamos ir muito longe. Nós, mulheres agricultoras familiares, somos mais de 60% das pessoas associadas aos Sindicatos. Isso é mais da metade! Mesmo assim, a nossa participação efetiva na política sindical não corresponde à força da nossa presença no quadro social dos Sindicatos.

“A política só será representativa quando nesse corpo puder ocupar os espaços institucionais sem medo.”
(Anielle Franco)



O que limita ou dificulta à participação das mulheres no espaço público?

Precisamos falar sobre os nossos desafios!

Primeiro, é preciso entender que a lógica do sistema político vigente favorece o acesso de uma minoria ao poder de decisão. A grande maioria das pessoas tem apenas direito ao voto, ficando ausente dos meios de participação nas decisões políticas. A nossa capacidade de luta e resistência social não pode se esgotar no voto.

No caso das mulheres, um grande desafio é conciliar o exercício da vida política com a vida cotidiana. As imposições sociais que responsabilizam as mulheres pelos trabalhos domésticos e pelos cuidados, com toda demanda afetiva que isso representa, é um obstáculo à participação política das mulheres. Por isso, é importante seguir pautando a divisão justa do trabalho doméstico para que possamos ocupar o espaço público.

Além da dupla jornada de trabalho, a falta de recursos financeiros e materiais para fazer o trabalho político é um fator limitante. Mais especificamente em relação às candidaturas femininas, o Tribunal

Superior Eleitoral determinou a fixação de patamar mínimo de 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para candidatas, implementado pela primeira vez em 2018.

Enfrentar a cultura política patriarcal, que estabelece que a política é lugar para homens, também se constitui num grande desafio. As mulheres precisam enfrentar a resistência que ainda há no espaço público em reconhecer a importância do seu trabalho político. O apoio à sua participação, na maioria das vezes, só ocorre nos discursos. Nós, mulheres, muitas vezes somos humilhadas, hostilizadas, diminuídas, agredidas e expostas quando topamos o desafio de ocupar o espaço público. E isso também é uma forma de violência!

E esse é mais um desafio: enfrentar cotidianamente a violência política de gênero, relacionada a comportamentos dirigidos especificamente contra nós mulheres visando desestimular, impedir

ou restringir nosso acesso ao espaço da política e deslegitimar a nossa participação na vida política. Trata-se de uma forma de perpetuar a noção de que mulheres não pertencem a esse ambiente. Por esse motivo, muitas mulheres desistem de se candidatarem e disputarem as eleições.

Por tudo isso, é preciso criar mecanismos que alterem as bases dessa desigualdade. As ações afirmativas se constituem num desses mecanismos. Elas têm por objetivo reparar desigualdades. As ações afirmativas como as cotas, a paridade e outras, partem da ideia de que, para gerar oportunidades iguais, é preciso criar ações diferenciadas, proporcionais ao grau de exclusão vivido por determinados segmentos da sociedade, como mulheres, indígenas, negras(os), populações LGBTQIAPN+, rurais e outros.

O estímulo à participação feminina por meio da cota de gênero está previsto na legislação brasileira há 26 anos, mais

exatamente no artigo 10, parágrafo 3º, da Lei das Eleições (Lei Nº 9.504/1997). Funciona assim: cada partido ou coligação deve preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, nas eleições para Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. A regra passou a ser obrigatória a partir de 2009.

A democracia, como defendem os movimentos feministas, tem que ser em casa, na cama, na rua e na política. Se nós não temos uma sociedade democrática nos espaços privados do lar, da família, da comunidade, também não teremos um ambiente de trabalho, uma escola, um sindicato e governos democráticos. Por isso, a luta das mulheres do campo, da floresta e das águas por democracia deve se fazer todos os dias e em todos os lugares. Do quarto e quintal da casa, passando pela Prefeitura, Câmara de Vereadores(as) até o Congresso Nacional.

Toda vez que uma mulher é desrespeitada como mulher por quem quer calar sua voz e afetar a liderança política que ela exerce, a democracia é destruída.

Para que mais mulheres na política?

- ☀ Para fazer valer a nossa voz nos espaços onde se faz a luta política e tornar esses espaços menos desiguais;
- ☀ Para que as nossas demandas de mulheres do campo, da floresta e das águas ganhem espaço no debate público, e as nossas questões sejam pautadas;
- ☀ Para construir um Brasil onde nós mulheres, com toda a nossa diversidade de gênero, cor e étnica, caibamos!;
- ☀ Para que haja mudanças. Nós podemos transformar o lugar onde vivemos em territórios do Bem Viver!;
- ☀ Para podermos estar nos espaços onde são definidas as políticas públicas, as políticas distributivas, o orçamento público. Se nós não estivermos nesses espaços quem vai pautar as nossas questões?



“Mais de nós nos espaços de poder”

Avançamos, mas temos muitos espaços a conquistar. Ainda existe muita dificuldade de aceitação da figura feminina no espaço público. A nossa presença tem crescido na política, mas precisamos avançar elegendo mais mulheres, incentivando sua maior participação no movimento sindical, nos partidos políticos e nos processos eleitorais.

Nós podemos mudar a política e o jeito de fazer política

Nós mulheres agricultoras familiares estamos nos territórios, nas comunidades e temos condições de ampliar a comunicação com o nosso povo, a partir da escuta. Nós podemos fazer a diferença na construção de um novo entendimento do que é política. Política é o preço do alimento, o preço do transporte, política tem a ver com as nossas condições de produzir e comercializar o nosso alimento, com a possibilidade de ter atendimento no SUS, de estudar, de ter escola para os nossos filhos e filhas frequentarem; tem a ver com as condições que nos são

dadas para permanecermos em casa sem sofrermos violência. Política tem a ver com viver ou morrer, com ser feliz ou não ser. Política tem tudo a ver com o cotidiano da nossa vida. A política já se realiza nos territórios, nos municípios, no dia a dia das pessoas.

O processo eleitoral não é algo apartado desse cotidiano da política. A ocupação de espaços institucionais, como a Câmara de Vereadores(as) ou Prefeituras precisa, ao contrário, ser instrumento dessas lutas, dessas resistências, dessas formas de fazer



política que são contínuas no território. O desafio é como o processo eleitoral se aproxima desta política que já é feita no cotidiano.

Nós mulheres podemos construir a aproximação desse entendimento de política com os nossos territórios de existência, fazendo trabalho de base, disputando a ideia que as pessoas têm sobre a política.

E isso tem a ver com a forma que a gente procura o povo para se comunicar, se aproximar das pessoas que a gente representa. E isso as mulheres são capazes de entender, porque cuidado envolve escuta, envolve afeto.

Sabemos o qual desafiador é, mas nós mulheres agricultoras familiares somos capazes de fazer a diferença, de fazer

diferente, e de construir uma política do afeto para o Bem Viver, estabelecido a partir de relações que respeitem as diferenças e admitam maneiras distintas de viver; que cultivem o respeito e valorização de todas as formas de vida, e que se construam a partir de práticas que cultivem relações de reciprocidade, pautada na solidariedade, responsabilidade e coletividades, em que o cuidado e os afetos sejam resguardados por todas e todos.

Por isso, nós mulheres temos um desafio essencial para este ano de 2024: o de avançar em candidaturas de companheiras comprometidas com as pautas feministas e com a garantia de direitos à classe trabalhadora e o desenvolvimento rural sustentável e solidário, como anuncia a Plataforma Política da Marcha das Margaridas!



DIRETORIA EXECUTIVA (GESTÃO 2021/2025)

PRESIDENTE

Aristides Veras dos Santos

VICE-PRESIDENTE E SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Alberto Ercílio Broch

SECRETÁRIA-GERAL

Thaís Daiane Silva

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

Juraci Moreira Souto

SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÁRIA

Alair Luiz dos Santos

SECRETÁRIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

Vânia Marques Pinto

SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE

Sandra Paula Bonetti

SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Edjane Rodrigues Silva

SECRETÁRIO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Carlos Augusto Santos Silva

SECRETÁRIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

Maria José Morais Costa

SECRETÁRIA DE JOVENS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

Mônica Bufon

SECRETÁRIO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS

RURais DA TERCEIRA IDADE

Antonio Oliveira



Filado de:

